

Eu vou sancionar hoje a lei que cria o Plano Nacional de Educação, para assegurar que, nos próximos dez anos, o Brasil trate a área de educação como assunto muito sério e prioritário. Mas para que você entenda melhor o que significa o Plano Nacional de Educação, vamos recapitular alguns pontos importantes dessa história.

Há seis anos, brasileiros de todos os recantos se mobilizaram para transformar a educação. A educação ganhou rumo, graças a esse esforço que envolve mais de 40 milhões de estudantes, milhares de professores, técnicos dos estados e municípios, e a equipe de servidores do Ministério da Educação, comandada pelo eficiente Ministro Paulo Renato. O reconhecimento vem de aguerridos críticos do governo e de organizações internacionais.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional que, como eu disse, vou sancionar hoje, atende a uma antiga aspiração dos educadores brasileiros. Estes, já no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, reivindicavam um plano de reconstrução da educação nacional. Foram quase 70 anos de espera. Foi preciso virar o século, foi preciso um novo milênio, mas até que enfim, o Brasil ganha hoje o seu Plano Nacional de Educação.

Recordo ainda que, nestes seis anos, demos os passos necessários para que o Plano seja fielmente executado. Abrimos a escola a 97% das crianças de 7 aos 14 anos. Começamos a valorizar o professor, dando-lhe condição de cidadão e profissional importante.

Agora, com o Plano Nacional de Educação, pusemos essas conquistas na lei e ninguém mais vai desobedecer a esta lei porque os brasileiros não vão deixar. Essas conquistas são vacinadas contra retrocessos e mais do que isso, nós estamos obrigados a avançar. E avançar como? Meu espaço no rádio é curto, mas eu posso fazer o resumo dos nossos próximos passos. Anote e fique esperto, vigie para que isso aconteça. Vamos lá.

Alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos em cinco anos e erradicar o analfabetismo até o fim da década. Promover a expansão do ensino médio para, se possível, dar oportunidade a todas as pessoas. Aumentar o acesso à educação profissional, com mais vagas nas escolas, adequando os cursos às necessidades do mercado de trabalho.

Temos outras obrigações que estão na lei. Mas vou terminar com uma meta que, por ser muito ambiciosa, é preciso ficar atento para cobrar a sua execução do poder público e da própria sociedade. A meta é oferecer educação de nível superior a pelo menos 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos até o fim desta década.